



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO (RELACI)
(Instrução Normativa TC 68/2020, item 3.2.22)

Emitente: Carlos Henrique Turini Gomes
Unidade Gestora: Câmara Municipal de Boa Esperança/ES
Gestor Responsável: Carlos Venancio
Exercício: 2023

1. INTRODUÇÃO

Elaborado conforme prevê o Anexo III da Instrução Normativa nº 68 de 2020 (Subitem 3.2.22), do Tribunal de Contas do Espírito Santo, e também com fundamento no artigo, 7º, VII, “b”, da Lei nº 12.527 de 2011, este relatório apresenta as atividades executadas pela Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, planejadas ou não, na qual há atuação direta do Sistema de Controle Interno.

É assegurada a proteção das informações sigilosas e pessoais, conforme preceitua o artigo 6º, III, da Lei nº 12.527/2011, e o artigo 14, § 3º, da Lei Municipal nº 1.735 de 2021.

A seguir serão apresentados os trabalhos de auditoria interna e outros procedimentos realizados durante o exercício de 2023.

1.1. Quadro de Pessoal da Equipe de Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES

A Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, durante o exercício de 2023, só possuiu um servidor efetivo integrante da estrutura da Controladoria Interna.

Setor	Nome	Vínculo	Cargo	Área de Formação	Situação	Admissão	Exoneração
CI	Carlos Henrique Turini Gomes	Efetivo	Auditor de Controle Interno	Direito	Ativo	Portaria nº 49/2022	–



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

2. PONTOS DE CONTROLE SELECIONADOS

Foram selecionados para auditoria os pontos de controle da Tabela Referencial 1: 1.4.7; 1.4.10; 1.4.11; 1.4.13; e 1.4.17. A análise dessa seleção foi concretizada através do Relatório de Auditoria nº 001/2024.

O Relatório da Auditoria nº 001/2024 cumpre, na sua elaboração, com os requisitos elencados pela Resolução 383/2019 e pela Lei Municipal nº 1.735/2021. Tem como finalidade verificar os pontos de auditoria elencados abaixo:

- 1) *A despesa total com pessoal da Câmara Municipal de Boa Esperança, no exercício de 2023, ultrapassou o limite de 6% (art. 20, III, “a”, da Lei Complementar 101 de 2000) sobre a Receita Corrente Líquida do Município? Se ultrapassou, as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas?*
- 2) *O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2023?*
- 3) *O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança obedece ao limite constitucional disposto no art. 29, inciso VI, alínea b (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais)?*

OBJETIVOS

Objetiva-se verificar se os limites constitucionais, os limites da lei de responsabilidade fiscal e os limites estabelecidos nos demais diplomas legais sobre folha de pagamento e gastos totais na Câmara Municipal de Boa Esperança foram observados. Também é objetivo avaliar se o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) está em conformidade com a parte de prazos para publicações do subitem 04.00.05 (correspondente ao 04.00.05.04 das edições anteriores) do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, 14ª edição, 2023, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos adotados na auditoria consubstanciam-se na coleta e análise de documentos e de publicações no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Boa Esperança, em sítios eletrônicos e também em murais com amplo acesso à população, sendo, em síntese, utilizados os seguintes documentos:

- RGF – Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Julho/2022 a Junho/2023;
- RGF – Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Janeiro a Dezembro de 2023;
- RGF – Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Janeiro a Dezembro de 2023;
- RGF – Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal – Janeiro a Dezembro de 2023;
- Balancete Analítico da Despesa Orçamentária – Dezembro de 2023.

LIMITES CONSTITUCIONAIS

Questão de Auditoria nº 01: *A despesa total com pessoal da Câmara Municipal de Boa Esperança, no exercício de 2023, ultrapassou o limite de 6% (art. 20, III, “a”, da Lei Complementar 101 de 2000) sobre a Receita Corrente Líquida do Município? Se ultrapassou, as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas?*

Da Análise

A Despesa Total com Pessoal (DTP) referente ao período de **janeiro de 2023 a dezembro de 2023** realizada pela Câmara Municipal, informação que se extrai do RGF – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Janeiro a Dezembro/2023), foi de **R\$ 1.416.680,42** (um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos), o que equivale a **1,85% da Receita Corrente Líquida (RCL)**. Dessa forma, a Câmara Municipal de Boa Esperança **não ultrapassou o limite de 6% sobre a RCL**. A tabela a seguir resume as informações sobre limites que foram publicadas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal citado:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Tabela 01

Descrição	Valor	% Sobre a RCL
Receita corrente líquida – RCL (janeiro de 2023 a dezembro de 2023)	R\$ 76.563.784,64	-
Despesa executada com pessoal (janeiro de 2023 a dezembro de 2023)	R\$ 1.416.680,42	1,85%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	R\$ 4.593.827,08	6,00%
Limite Prudencial – 95% (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	R\$ 4.364,135,72	5,70%
Limite de Alerta – 90% (Inciso II, §1º do art. 59 da LRF)	R\$ 4.134.444,37	5,40%

Questão de Auditoria nº 02: O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2023?

Constatou-se da análise do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Boa Esperança, Analítico das Liquidações (31901100000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil), que **entre 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023** a despesa com pessoal equivaleu a **R\$ 1.188.289,30** (Um milhão, cento e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e trinta centavos).

A despesa orçada para a Câmara Municipal de Boa Esperança, conforme a Lei Municipal nº 1.782 de 29 de dezembro de 2022, Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023, foi de **R\$ 3.180.000,00** (três milhões, cento e oitenta mil reais), valor também conferível através do valor total da página de orçamento da despesa referente ao ano de 2023 do Portal da Transparência da Câmara Municipal.

Os dois valores mencionados acima, disponíveis no Portal da Transparência, estão em conformidade com os valores expostos no Balancete Analítico da Despesa Orçamentária de dezembro de 2023.

O gasto total com folha de pagamento, analisado, corresponde a **37,36%** dos recursos financeiros recebidos a título de duodécimos, **não ultrapassando, no exercício de 2023, os limites impostos pelo parágrafo primeiro do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988**, como resumido na tabela seguinte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Tabela 02

Descrição	Valor
Total de Duodécimos (Repasses) Recebidos – Janeiro a Dezembro de 2023	R\$ 3.180.000,00
Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento – Janeiro a Dezembro/2022	R\$ 1.188.289,30
% Gasto com folha de pagamentos	37,36%
% Limite Máximo de Gasto com folha de pagamentos	70%

Questão de Auditoria nº 03: *O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança obedece ao limite constitucional disposto no art. 29, inciso VI, alínea b (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais)?*

Estimou o Censo de 2022 que a população esperancense é composta por 13.608 pessoas¹. Dessa forma, o Município se enquadra na faixa de limites do artigo 29, inciso VI, alínea *b*, da Constituição Federal de 1988, que possui a seguinte redação:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...] VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

[...] b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000) (Artigo 29, VI, *b*, da Constituição Federal de 1988)

Os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança tiveram seu subsídio estabelecido pela Lei Municipal nº 1.722 de 2020. Essa lei fixou, de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal no valor de **R\$ 4.915,00** (quatro mil, novecentos e quinze reais)

1 IBGE. Cidades@: Espírito Santo - Boa Esperança. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/boa-esperanca/panorama>>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

para Vereadores e **R\$ 5.615,00** (cinco mil, seiscentos e quinze reais) para o Presidente da Câmara Municipal.

Em 14 abril de 2023, com a entrada em vigor da **Lei Municipal nº 1.795 de 2023**, que realizou a revisão geral anual da remuneração dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos do Município de Boa Esperança com fundamento no artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988, ficou configurada a perda de poder aquisitivo com consequente incidência de correção dos valores descritos na Lei Municipal nº 1.722 de 2020 no percentual **7,32%** (sete vírgula trinta e dois por cento), apurado pelo IPC-FIPE, sendo consolidado esse aumento através do **Ato da Mesa nº 4 de 2023**, com efeitos retroativos até 1º de janeiro de 2023 (Ato da Mesa nº 7 de 2023).

Os subsídios, acrescidos, ficaram nos valores de **R\$ 5.274,78** (cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos) para Vereadores, e **R\$ 6.026,02** (seis mil e vinte e seis reais e dois centavos) para o Presidente de Câmara Municipal.

A partir 1º de janeiro de 2025, a Lei Municipal nº 1.789, de 21 de março de 2022, produzirá efeitos financeiros. Assim, o valor do subsídio mensal, durante a nova legislatura, do período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, será de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) para Vereadores e de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) para o Presidente da Câmara Municipal.

Quanto ao subsídio dos Deputados Estaduais, a **Lei Estadual nº 11.766**, de 23 de dezembro de 2022², em seu artigo 2º, trouxe um novo programa de subsídios mensais com vigência a partir de **1º de janeiro de 2023** e com o valor fixado de **R\$ 29.469,99** (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos). De **1º de abril de 2023 a 31 de janeiro de 2024**, o valor, conforme o inciso II desse mesmo artigo, foi fixado na quantia de **R\$ 31.238,19** (trinta e um mil, duzentos e trinta e oito reais e dezenove centavos).

Posto isto, verifica-se que o valor do subsídio fixado de **1º de janeiro de 2023 a 31 de março de 2023** para os **Vereadores** da Câmara Municipal de Boa Esperança corresponde a **17,89%** do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, assim, o limite de **30%** que

2 Lei nº 11.766 de 2022. Disponível em: <<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI117662022.html?identificador=380031003400340033003A004C00>>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

estabelece a Constituição Federal de 1988. Do mesmo modo não ultrapassou o limite legal o subsídio do **Presidente da Câmara Municipal**, que correspondeu a **20,44%** do subsídio dos Deputados Estaduais no período.

Tabela 03

Subsídios revistos com vigência da Lei Municipal nº 1.795 de 2023 Período de 01/01/2023 a 31/03/2023	
Descrição	Valor
Subsídio dos Deputados Estaduais (Lei nº 11.766 de 2022)	R\$ 29.469,99
Limite Máximo Subsídio Vereadores (30% - art. 29, VI, b, CF/88)	R\$ 8.840,99
Subsídio dos Vereadores (Lei Municipal nº 1.795 de 2023 e Ato da Mesa nº 4 de 2023)	R\$ 5.274,78
Subsídio do Presidente da Câmara (Lei Municipal nº 1.795 de 2023 e Ato da Mesa nº 4 de 2023)	R\$ 6.026,02
Porcentagem em relação aos Deputados Estaduais (Vereadores)	17,89%
Porcentagem em relação aos Deputados Estaduais (Presidente da Câmara Municipal)	20,44%

No período de **1º de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023** o valor do subsídio fixado para os **Vereadores** da Câmara Municipal de Boa Esperança correspondeu a **16,88%** do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, dessa forma, o limite constitucional. Da mesma maneira, no período indicado, o subsídio do **Presidente da Câmara Municipal** não ultrapassou o limite constitucional do artigo 29, VI, b, da Constituição Federal, correspondendo a **19,29%** do subsídio dos Deputados Estaduais.

Tabela 04

Subsídios revistos com vigência da Lei Municipal nº 1.795 de 2023 Período de 01/04/2023 a 31/12/2023	
Descrição	Valor
Subsídio dos Deputados Estaduais (Lei nº 11.766 de 2022)	R\$ 31.238,19
Limite Máximo Subsídio Vereadores (30% - art. 29, VI, b, CF/88)	R\$ 9.371,45
Subsídio dos Vereadores (Lei Municipal nº 1.795 de 2023 e Ato da Mesa nº 4 de 2023)	R\$ 5.274,78
Subsídio do Presidente da Câmara (Lei Municipal nº 1.795 de 2023 e Ato da Mesa nº 4 de 2023)	R\$ 6.026,02
Porcentagem em relação aos Deputados Estaduais (Vereadores)	16,88%



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Porcentagem em relação aos Deputados Estaduais (Presidente da Câmara Municipal)	19,29%
---	---------------

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação

É faculdade dos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal (art. 63, II, *b*, da Lei Complementar nº 101 de 2000). A divulgação dos relatórios deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre (art. 63, § 1º, do mesmo diploma legal).

O Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com o Parecer em Consulta nº 00023/2017-7 do TCEES, ao ser publicado, deve cumprir o estabelecido pelo órgão central de contabilidade pública da União, não sendo exigível a publicação em jornais de grande circulação ou em diário oficial impresso. Ainda, conforme o mesmo parecer, e em atenção ao estabelecido na Lei de Acesso à Informação, recomenda-se que haja ampla divulgação dos dados relativos à gestão fiscal, por todos os meios disponíveis ao ente, incluindo portais da transparência, sítios eletrônicos oficiais e afixação em ambientes públicos e de fácil acesso.

CONSULTA – PUBLICIDADE DE RREO E RGF – ACOMPANHAR ENTENDIMENTO CONSTANTE NA ITC-63/2017 – PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE PUBLICIDADE PREVISTA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, ENTENDE-SE QUE OS ENTES FEDERATIVOS SOB JURISDIÇÃO DESTA CORTE DEVEM CUMPRIR O ESTABELECIDO PELO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA UNIÃO, **NÃO SENDO EXIGÍVEL A PUBLICAÇÃO EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO OU EM DIÁRIO OFICIAL IMPRESSO**. AINDA, EM ATENÇÃO AO ESTABELECIDO NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, **RECOMENDA-SE A AMPLA DIVULGAÇÃO DOS DADOS RELATIVOS À GESTÃO FISCAL, POR TODOS OS MEIOS DISPONÍVEIS AO ENTE, INCLUINDO PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA, SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS E AFIXAÇÃO EM AMBIENTES PÚBLICOS E DE FÁCIL ACESSO**, SENDO ESTA ÚLTIMA MEDIDA BASTANTE SALUTAR EM RELAÇÃO A MUNICÍPIOS EM QUE O ACESSO À INTERNET SEJA PRECÁRIO – ARQUIVAR (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – TCEES. Parecer em Consulta 00023/2017-7. Rel. Sérgio Manoel Nader Borges, grifo nosso).

É responsabilidade do Poder Legislativo Municipal a publicação dos demonstrativos sobre gestão fiscal nos prazos apresentados pela seguinte tabela:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Tabela 05

1º SEMESTRE	
Demonstrativos	Prazo para Publicação
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal	Até o dia 30 de julho
2º SEMESTRE	
Demonstrativos	Prazo para Publicação
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	Até o dia 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência

Da Análise

Quanto a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal pela Câmara Municipal de Boa Esperança, constatou-se que os Anexos em questão foram publicados no mural de publicações na portaria da Câmara, com amplo acesso, e também no Portal da Transparência, **dentro do prazo** estabelecido pela Lei Complementar nº 101 de 2000. O **RGF 2023 do 1º Semestre** foi publicado em **27 de julho de 2023** e o **RGF 2023 do 2º Semestre** foi publicado em **30 de janeiro de 2024**.

Tabela 06

1º SEMESTRE		
Demonstrativo	Publicado em	Disponível em
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal	27 de julho de 2023	http://www.boaesperanca.es.leg.br/transparencia/documento?tipo=21
2º SEMESTRE		
Demonstrativos	Publicado em	Disponível em
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	30 de janeiro de 2024	http://www.boaesperanca.es.leg.br/transparencia/documento?tipo=21



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Auditoria nº 001/2024 foi realizada com o objetivo de verificar se os limites estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram obedecidos, e também se a publicação RGF foi realizada tempestivamente.

Feita a análise dos pontos de controle, verificou-se que **no exercício de 2023 a Despesa Total com Pessoal, o gasto total com folha de pagamento, e o subsídio dos Vereadores não ultrapassaram os limites legais e constitucionais.**

A respeito dos prazos para publicação do RGF 2023 do 1º Semestre e do RGF 2023 do 2º Semestre, verificou-se que **a publicação ocorreu de forma tempestiva.**

Conclui-se, portanto, que **não foram constatadas irregularidades** nos itens elencados para auditoria.

A seguir será apresentada a seleção dos pontos de controle analisados, referente ao exercício de 2023.

Código: 1.2.2

Ponto de Controle: Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal

Processos Administrativos analisados: BALFIN, NOTAEXP_BALFIN, DEMVAP, NOTAEXP_DEMVAP, DEMFCA, NOTAEXP_DEMFCA, DEMCSE01; DEMCSE02;

Base legal: CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

Procedimento: Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.

Código: 1.2.3

Ponto de controle: Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Processos Administrativos analisados: BALFIN, NOTAEXP_BALFIN, DEMVAP, NOTAEXP_DEMVAP, DEMFCA, NOTAEXP_DEMFCA, DEMCSE01; DEMCSE02;

Base legal: CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

Procedimento: Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias.

Código: 1.2.4

Ponto de Controle: Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor

Processos Administrativos Analisados: BALFIN, NOTAEXP_BALFIN, DEMCSE01; DEMCSE02;

Base Legal: CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local

Procedimento: Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de retenção/atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte servidor.

Código: 1.2.5

Ponto de Controle: Parcelamento de débitos previdenciários

Processos Administrativos Analisados: BALFIN, NOTAEXP_BALFIN, DEMCSE01; DEMCSE02;

Base Legal: CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei local; Regime de competência

Procedimento: Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.

Código: 1.2.8

Ponto de Controle: Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

Processos Administrativos Analisados: BALFIN, NOTAEXP_BALFIN, DEMVAP, NOTAEXP_DEMVAP, DEMFCA, NOTAEXP_DEMFCA, DEMCSE01; DEMCSE02;

Base Legal: LRF (LC 101/2000)

Procedimento: Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.

Código: 1.3.3

Ponto de Controle: Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais

Processos Administrativos Analisados: TVDISP; EXTBAN;

Base Legal: LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do artigo 164 da CRFB/88

Procedimento: Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais

Universo do Ponto de Controle: Banco 021 – Agência 145 = total de 01 (uma) conta bancária.

Código: 1.4.7

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – limite

Base Legal: LC 101/2000, arts. 19 e 20.

Procedimento: Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.

Universo do Ponto de Controle: Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados. A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal, no exercício de 2023, foi de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF.

Código: 1.4.8

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato

Base Legal: LC 101/2000, art. 21

Procedimento: Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.

Universo do Ponto de Controle: Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal no exercício em análise.

Código: 1.4.10

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações

Base Legal: LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.

Procedimento: Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.

Universo do Ponto de Controle: A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite prudencial estabelecido pelo parágrafo único do artigo 22 da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas restritivas previstas nos incisos I a V do dispositivo em questão. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2023, foi de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF.

Código: 1.4.11

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/medidas de contenção

Base Legal: LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º

Procedimento: Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Universo do Ponto de Controle: A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF e 169, §§ 3º e 4º, da CF/88. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2023, foi de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF. Portanto, não ultrapassado o limite máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101 de 2000, não se enseja a adoção das providências descritas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal de 1988.

Código: 1.4.13

Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento

Base Legal: CRFB/88, art. 29-A, § 1º.

Procedimento: Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.

Universo do Ponto de Controle: O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2023. Constatou-se que, no exercício de 2023, tal despesa com folha de pagamento foi de R\$ 1.549.365,50, o que se verifica através da DEMVAP. A despesa orçada para a Câmara Municipal, conforme a Lei Municipal nº 1.782 de 2022, Lei Orçamentária para o exercício de 2023, foi de R\$ 3.180.000,00, valor que também pode ser verificado através do Balanço Financeiro (BALFIN). Dessa forma, o gasto total com folha de pagamento no exercício de 2023 corresponde a 48,72% dos recursos recebidos a título de duodécimos, não ultrapassando, assim, os limites impostos pelo parágrafo primeiro do artigo 29-A da CRFB/88.

Código: 1.4.17

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VI

Procedimento: Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Universo do Ponto de Controle: O subsídio dos Vereadores atendeu, quando da sua fixação, ao disposto no artigo 29, inciso VI, alínea b, da CRFB/88 (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais). Os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança tiveram seu subsídio estabelecido pela Lei Municipal nº 1.722 de 2020 (FIXSUB_01). Essa lei fixou, de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal no valor de R\$ 4.915,00 para Vereadores e R\$ 5.615,00 para o Presidente da Câmara Municipal. Em 14 de abril de 2023, com a entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.795 de 2023 (FIXSUB_02), que realizou a revisão geral anual da remuneração dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos do Município de Boa Esperança com fundamento no artigo 37, X, da CF/88, ficou configurada a perda de poder aquisitivo com consequente incidência de correção dos valores descritos na Lei Municipal nº 1.722 de 2020 no percentual de 7,32%, apurado pelo IPC-FIPE, sendo consolidado esse aumento através do Ato da Mesa nº 4 de 2023 (FIXSUB_03), com efeitos retroativos até 1º de janeiro de 2023 (Ato da Mesa nº 7 de 2023 – FIXSUB_04). Os subsídios, acrescidos, ficaram nos valores de R\$ 5.274,78 para Vereadores, e R\$ 6.026,02 para o Presidente da Câmara Municipal. Quanto ao subsídio dos Deputados Estaduais, a Lei Estadual nº 11.766 de 2022, em seu artigo 2º, trouxe um novo programa de subsídios mensais com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e com o valor fixado de R\$ 29.469,99. De 1º de abril de 2023 a 31 de janeiro de 2024, o valor, conforme o inciso II desse mesmo artigo, foi fixado na quantia de R\$ 31.238,19. Posto isto, verifica-se que o valor do subsídio fixado de 1º de janeiro de 2023 a 31 de março de 2023 para os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança corresponde a 17,89% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, assim, o limite de 30% estabelecido pela CF/88. Do mesmo modo não ultrapassou o limite o subsídio do Presidente da Câmara Municipal, que correspondeu a 20,44% do subsídio dos Deputados Estaduais no período em questão. De 1º de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023 o valor do subsídio fixado para os Vereadores correspondeu a 16,88% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, dessa forma, o limite constitucional. Da mesma maneira, no período indicado, o subsídio do Presidente da Câmara Municipal não ultrapassou o limite constitucional, correspondendo a 19,29% do subsídio dos Deputados Estaduais.

Código: 1.4.18

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VI

Procedimento: Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

Universo do Ponto de Controle: O pagamento dos subsídios aos Vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, alínea *b*, da CRFB/88. Para o Exercício de 2023, em decorrência da revisão dos valores dos subsídios dos agentes políticos pela Lei Municipal nº 1.795 de 2023 (FIXSUB_02), consolidada pelo Ato da Mesa nº 4 de 2023 (FIXSUB_03), o subsídio mensal dos Vereadores ficou fixado na quantia de R\$ 5.274,78, e o do Presidente da Câmara, na quantia de R\$ 6.026,02. A Lei Estadual nº 11.766 de 2022, no período de 01/01/2023 a 31/03/2023, fixou o subsídio dos Deputados Estaduais em R\$ 29.469,99, sendo que os valores da Câmara Municipal, relativos aos Vereadores e ao Presidente da Câmara, equivalem, respectivamente, a 17,89% e 20,44% dessa quantia. De 01/04/2023 a 31/12/2023, com o aumento do subsídio dos Deputados Estaduais para R\$ 31.238,19, essas porcentagens foram reduzidas, respectivamente, para 16,88% e 19,29%. O pagamento dos Vereadores, conforme se extrai dos Extratos Consolidados da Folha de Pagamento do exercício de 2023, observadas as alterações promovidas pelo Ato da Mesa nº 7 de 2023 (FIXSUB_04) referente aos valores retroativos, obedeceu a quantia fixada pela legislação municipal e, consequentemente, respeitou os limites máximos estabelecidos pelo dispositivo constitucional.

Código: 1.4.19

Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal – Despesas com pessoal – remuneração vereadores

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VII

Procedimento: Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.

Universo do Ponto de Controle: O total da Receita informado pelo artigo 2º da Lei nº 1.782 de 2022 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023) foi de R\$ 84.195.766,77, valor que pode ser constatado no RELGES. Aplicado o percentual de 5% sobre esse valor (artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal de 1988) é obtido o valor de R\$ 4.209.788,33. O valor referente ao total da despesa com subsídios, que se extrai do BALVER-ANUAL, é de R\$ 578.691,12. Dessa forma, o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 29, inciso VII, da CRFB/88.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Código: 1.4.20

Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal – despesa total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88

Base Legal: CRFB/88, art. 29-A

Procedimento: Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior

Universo do Ponto de Controle: O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores (FIXSUB_01, FIXSUB_02, FIXSUB_03, FIXSUB_04) e excluídos os gastos com inativos (BALFIN, DEMVAP), não ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado na documentação apresentada referente ao exercício de 2023, dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios, vencimentos, salários e férias). Portanto, a Câmara Municipal não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.

Código: 2.2.13

Ponto de Controle: Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

Base Legal: CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64

Procedimento: Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Universo do Ponto de Controle: Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, o que se verifica do Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2023. Há, também, autorização contida no artigo 4º da Lei Municipal nº 1.782 de 2023 (LOA 2023).

Código: 2.6.3

Ponto de Controle: Pessoal – contratação por tempo determinado

Base Legal: CRFB/88, art. 37, inciso IX.

Procedimento: Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Universo do Ponto de Controle: Não foram realizadas contratações que se destinam ao atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público pela Câmara Municipal no exercício de 2023.

Código: 2.6.4

Ponto de Controle: Pessoal – teto

Base Legal: CRFB/88, art. 37, inciso XI.

Procedimento: Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

Universo do Ponto de Controle: O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal de Boa Esperança obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. Após a revisão dos subsídios dos agentes políticos pela Lei Municipal nº 1.795 de 2023 (FIXSUB_02), com correção na porcentagem de 7,32%, apurado pelo IPC-FIPE e, conseqüentemente, atualização dos valores fixados pela Lei Municipal nº 1.723 de 2020, o valor do subsídio mensal do Prefeito Municipal ficou estabelecido em R\$ 11.268,60 (Decreto Municipal nº 8.427/2023 – LEIPESS_06) para o exercício de 2023. Esse valor, que se tornou o limite de teto remuneratório na esfera municipal, não foi ultrapassado pelo teto remuneratório dos servidores da Câmara Municipal (LEIPESS_05, LEIPESS_07).

3. PONTOS DE CONTROLE DA TABELA REFERENCIAL 1, CONSTANTES DO ANEXO III DA IN TC Nº 68/2020, NÃO SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação por meio de auditoria ou de análises de conformidade, com base na Tabela Referencial 1 do Anexo III da IN TC nº 68/2020, apenas os pontos que estão elencados no item 2 foram selecionados pela auditoria interna.

4. AUDITORIAS INTERNAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

A Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança, com fundamento no ordenamento jurídico brasileiro e no princípio da boa prática administrativa, além das auditorias planejadas, expediu algumas recomendações, manifestos e pareceres no exercício de 2023 a fim de prevenir a ocorrência de falhas, erros, desvios, fraudes e riscos potenciais e de aperfeiçoar a gestão. A seguir estão elencados os procedimentos em questão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

4.1 Das Auditorias Internas Planejadas e Realizadas em 2023

Auditoria Interna nº 001/2023 – Processo nº 10.160/2023

Modalidade: Conformidade

Unidade/Setor: Gerência Contábil e Financeira

Período de realização da auditoria: 02 de março de 2023 a 08 de março de 2023

Objeto: Limites com Despesas de Pessoal e total do Poder Legislativo

Pontos de auditoria elencados:

- 1) *A despesa total com pessoal da Câmara Municipal de Boa Esperança, no exercício de 2022, ultrapassou o limite de 6% (art. 20, III, “a”, da Lei Complementar 101 de 2000) sobre a Receita Corrente Líquida do Município? Se ultrapassou, as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas?*
- 2) *O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2022?*
- 3) *O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança obedece ao limite constitucional disposto no art. 29, inciso VI, alínea b (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais)?*

Resumo da auditoria realizada:

Foram levantadas as três questões de auditoria e feitos levantamentos de informações no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Boa Esperança, em sítios eletrônicos e murais com amplo acesso à população. Foram utilizados também os documentos do Anexo 1 do RGF (Janeiro a Dezembro de 2022), do Anexo 6 do RGF (Janeiro a Dezembro de 2022), e o do Balancete Analítico da Despesa Orçamentária (Dezembro de 2022).

Conclusão da auditoria:

Realizada a análise dos pontos de controle em questão, verificou-se que, no exercício de 2022, a Despesa Total com Pessoal, o gasto total com folha de pagamento, e o subsídio dos Vereadores não ultrapassaram os limites legais e constitucionais. A respeito dos prazos para publicação do RGF 2022 do 1º Semestre e do RGF 2022 do 2º Semestre, verificou-se que a publicação ocorreu de forma tempestiva. Concluiu-se, portanto, que não foram constatadas irregularidades nos itens elencados para auditoria.

Situação:

Finalizada

Auditoria Interna nº 002/2023 – Processo nº 10.527/2023

Modalidade: Conformidade

Unidade/Setor: Gerência de Comunicação, Direção Geral



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Período de realização da auditoria: 12 de dezembro de 2023 a 15 de dezembro de 2023

Objeto: Transparência das informações sobre licitações no Portal da Transparência

Pontos de auditoria elencados:

- 1) *Verificar se a página do Portal da Transparência referente às licitações (de janeiro a novembro de 2023) divulga a relação das licitações em ordem sequencial, informando o número e modalidade licitatória, o objeto, valor estimado/homologado e a situação do processo – Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da Lei nº 12.527/2011 (LAI); art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000.*
- 2) *Verificar se os editais de licitação (de janeiro a novembro de 2023) foram divulgados em sua integralidade – Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da Lei nº 12.527/2011 (LAI); art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000. Para processos da Lei nº 8.666/1993: art. 3º, caput e § 3º, da Lei nº 8.666/1993. IN SCL 001/2021. Para processos da Lei nº 14.133/2021: art. 25, § 3º, da Lei nº 14.133/2021*
- 3) *Verificar se os documentos das fases interna e externa da licitação são divulgados em sua integralidade – Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da Lei nº 12.527/2011 (LAI); art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000. Para processos da Lei nº 14.133/2021: art. 25, § 3º, da Lei nº 14.133/2021*
- 4) *Verificar se os principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação são divulgados em sua integralidade – Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da Lei nº 12.527/2011 (LAI); art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000; Para processos da Lei nº 8.666/1993: art. 3º, caput e § 3º, da Lei nº 8.666/1993; IN SCL 001/2021. Para processos da Lei nº 14.133/2021: art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.*

Resumo da auditoria realizada:

Foram levantados os quatro pontos de controle através de análise da página de licitações do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, e também através de solicitações de informações junto à Diretoria Geral e à Gerência de Comunicação. Concluída a auditoria, foi encaminhada comunicação ao servidor responsável com as recomendações a serem adotadas e cópia do relatório de auditoria, sendo estabelecido prazo para que fossem realizadas as correções, conforme Instrução Normativa SCI nº 02/2021. Encaminhou-se comunicação da situação ao Presidente da Câmara para adoção de providências.

Conclusão da auditoria:

Verificou-se a necessidade de reforçar os controles relativos à transparência para que as informações dos processos licitatórios e de contratação direta sejam divulgados de forma satisfatória conforme a legislação.

Recomendações:

Com base nos irregularidades constatadas na auditoria, foi recomendado a correção, complementação e atualização de informações referentes às dispensas e inexigibilidades de licitação, de janeiro a novembro de 2023, divulgadas no Portal da Transparência.

Situação:

Finalizada. Apta para auditorias posteriores de acompanhamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

4.2 Das Recomendações

- **Processo nº 10270/2023** – Recomenda a inclusão do Botão Radar da Transparência, referente ao critério 2.9 da planilha matriz de avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10272/2023** – Recomenda a publicação dos atos legislativos relativos aos critérios 20.5, 20.6 e 20.8 da planilha matriz de avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10277/2023** – Recomenda medidas para atendimento do critério 3.1 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10303/2023** – Recomenda medidas para atendimento dos critérios 2.1, 2.2 e 2.3 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10309/2023** – Recomenda medidas para atendimento dos critérios 12.8 e 12.9 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10321/2023** – Recomenda medidas para atendimento do critério 7.2 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10324/2023** – Recomenda medidas para atendimento do critério 7.1 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10347/2023** – Recomenda medidas para atendimento do critério 1.4 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10362/2023** – Recomenda medidas para atendimento do critério 20.2 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10370/2023** – Recomenda medidas para atendimento dos critérios 8.6, 8.7 e 9.3 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10371/2023** – Recomenda medidas para atendimento dos critérios 5.1, 5.2 e 5.3 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10383/2023** – Recomenda criação de Comissão para Estudos e Implementação da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- **Processo nº 10384/2023** – Recomenda criação de Comissão para Estudos e Implementação da Lei nº 14.133/2021.
- **Processo nº 10393/2023** – Recomenda medidas para atendimento dos critérios 15.1, 15.2 e 15.4 da Planilha Matriz de Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).
- **Processo nº 10527/2023** – Encaminha ao Presidente da Câmara o relatório da Auditoria nº 002/2023, incluso as recomendações.

4.3 Dos Manifestos

- **Processo nº 10195/2023** – Manifestação a respeito de viabilidade realização de gastos com viagem.
- **Processo nº 10208/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10223/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

- **Processo nº 10176/2023** – Manifestação sobre aditivo de Contrato.
- **Processo nº 10527/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10265/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10276/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10285/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10286/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10287/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10289/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10290/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10335/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10342/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10348/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10349/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10381/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10390/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10391/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10396/2023** – Manifestação sobre viabilidade de curso para Vereadores.
- **Processo nº 10400/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10424/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10471/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10488/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10491/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.
- **Processo nº 10494/2023** – Manifestação sobre Solicitação de Diária.

4.4 Dos Pareceres

- **Ato de Admissão de Pessoal – Portaria nº 079/2022** – Parecer atestando a regularidade da nomeação de candidato.

5. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA CÂMARA MUNICIPAL

Não foram instaurados procedimentos de Tomada de Contas Especial durante o exercício de 2023. Também não foram instaurados processos administrativos disciplinares durante o exercício em questão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste relatório evidenciam que as atividades da Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, no exercício de 2023, foram balizadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas do Poder Legislativo Municipal e pelo cumprimento das suas atribuições legais, atentando-se sempre para que os princípios que regem a administração pública sejam cumpridos.

A Controladoria Interna, por meio de suas orientações e recomendações, busca auxiliar na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, fraudulentas e prejudiciais ao Poder Público. Busca-se também assegurar o cumprimento das leis, dos regulamentos e das diretrizes da Administração Pública do Poder Legislativo Municipal.

Boa Esperança/ES, 28 de março de 2024

Carlos Henrique Turini Gomes
Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança – ES